

# Luso-brasileiros sem bancada

7661 ANTONIO L. O.

A. GOMES DA COSTA \*

Já é conhecido o episódio do repórter que cobria os trabalhos parlamentares em Brasília e que, impressionado com os sobrenomes alienígenas de alguns deputados, interpeleu o embaixador de Portugal: — “Existe no Congresso a bancada italiana, a nipônica, a sírio-libaneza e a judaica. Mas, curiosamente, não consigo vislumbrar uma bancada portuguesa. Como explica esta ausência de representantes no Poder Legislativo da maior comunidade estrangeira para vocalizar suas aspirações e defender seus interesses?”

— “Meu filho — respondeu o diplomata com calma e argúcia — você referiu-se a diversas bancadas, cada uma representando supostamente um núcleo de descendência externa: os italianos, os japoneses, os árabes, os judeus, etc. Digamos que, juntos, esses parlamentares cheguem a 10% do número total de congressistas. Pois bem: os 90% restantes, a que não dá rótulo, esses formam a bancada portuguesa...”

O repórter entendeu o alcance da resposta e acrescentou: “... e a brasileira, ao mesmo tempo.”

De fato, uma das características do português, desde quando começou a correr as sete partidas do mundo, foi a sua extraordinária capacidade de juntar-se com outros povos. Essa inclinação para vencer as barreiras da cor, ou as diferenças culturais e religiosas, é considerada como uma das formas do sucesso na Epopéia quinhentista. Um país, cuja população na época dos Descobrimentos não chegava a 2 milhões de habitantes, para construir e conservar um Império “onde o sol se punha”, tinha de fazer, necessariamente, muitas proezas e mágicas em terras de além-mar. E, decerto, não foi à custa das “sanguinosas guerras” (Camões) ou dos negócios de mercadores e das piratarias de aventureiros que saqueavam os templos e sarcófagos (Fernão Mendes Pinto) que os portugueses conseguiram manter, durante tantos séculos, os seus domínios em todas as latitudes.

O que pesou, principalmente, nessa empresa fantástica e quase impossível foi a sua capacidade de adaptação e de convivência; o seu jeito de cruzar sangues e culturas; de viver isentos de preconceitos raciais e religiosos; de comprar especiarias de dia e fazer amor de noite, de transferir hábitos e aceitar as novidades, numa espécie de sincretismo cuja origem remonta à História peninsular. Tudo isso serviu para reduzir os conflitos e apagar as marcas da chegada e da conquista.

Com a emigração, depois do Império, o sistema não foi diferente: em todos os países para onde migrou, o homem português adaptou-se com relativa facilidade, podia não aprender a língua estrangeira com perfeição mas absorvia logo muitos dos costumes e usos da terra, misturava-se tanto quanto possível, assumia uma nova forma de estar no mundo — tudo isso a despeito de ter de enfrentar, por vezes, a aversão “chauvinista” ou a dureza dos guetos e dos “bairros de lata”.

No Brasil, então, nem se fala: por todas as razões possíveis — e mais uma, o português que veio para aqui integrou-se de tal forma na vida e no destino do país que nunca mais regressou. E ainda bem: porque se voltasse não seria feliz. A intolerância e o ódio do ex-padre Antonio Torres levaram-no a escrever que o português não voltava porque “a flacidez da nossa legislação constitucional garantia-lhe, neste rico e doce país, uma deliciosa situação”. Enganou-se o clérigo de maus bofes: é que não eram as normas legais, generosas e acolhedoras por certo, que induziam o imigrante a ficar. Era, antes, a sua entrega total ao Brasil. Ainda em Leixões ou em Lisboa, ele fazia uma opção definitiva. E a vida inteira dava provas dessa determinação: constituindo família, fazendo seu comércio, criando hospitais e bibliotecas, juntando o patrimônio. O projeto de vida do português que vinha para o Brasil começava num porto qualquer de destino e acabava num pedaço de chão brasileiro.

Não havia a hipótese de regresso. De cerca de 1.800.000 portugueses que migraram para cá, da Independência até os anos 60, quantos teriam retornado à terra de berço? Algumas centenas, talvez — e, mesmo assim, desses, a maioria foi repatriada por doença, ou má-sorte.

Ora, existindo como existe, essa integração tão profunda com o país de acolhimento, não deixa de ser curioso observar, como o repórter da Praça dos Três Poderes, que, em geral, os portugueses e os luso-descendentes diretos não exercem, como poderiam, qualquer “lobby” político, nem promovem candidaturas emergentes de suas próprias células associativas, ou da Federação a que estão ligadas. Poderiam fazê-lo com provável sucesso, mas não o fazem: ou por uma certa inibição, ou por respeito ao passado histórico, evocativo das Cortes e da antiga metrópole. Preferem que sejam políticos brasileiros a defender os valores comuns, a potenciar as raízes culturais, a reconhecer a sua contribuição dada ao progresso deste país, ao invés de lançarem candidaturas com sotaque, ou bancadas parlamentares com rótulo.

Será o melhor esse procedimento? Outro dia o Primeiro-Ministro Cavaco Silva, na “Casa Branca”, em discurso dirigido à comunidade portuguesa residente naquele país e aos luso-americanos, bem ao lado do Presidente Clinton, conclamou-os a terem uma participação política maior e a fazer pressões sobre o governo de Washington para obter algumas conquistas legais e administrativas.

No Brasil, os portugueses nunca foram de pedir. Foram mais de dar: construíram liceus e escolas para todos os alunos; enfermarias para todos os doentes; “Gabinetes de Leitura” para todos os estudiosos; associações de socorros para todos os pobres; clubes para todas as etnias. E mesmo não pedindo, nunca pensaram em receber tanto do Brasil como receberam.

JORNAL DO BRASIL